

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (CEITEC) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), constituída sob a forma de sociedade por ações e com participação exclusiva da União em seu capital social. Está localizada em Porto Alegre (RS) no Estado do Rio Grande do Sul.

A empresa está integrada ao desafio do governo de fortalecer a indústria brasileira, tornando-a mais competitiva, gerando empregos e promovendo a inovação, conforme os objetivos do Programa Nova Indústria Brasil do Governo Federal e ações estratégicas do MCTI para o segmento de semicondutores.

Nesse contexto, tem como desafio desenvolver o domínio tecnológico de semicondutores no Brasil, reduzindo a dependência tecnológica externa e contribuindo para o bem-estar da sociedade brasileira.

A empresa também desempenha papel relevante na formação de recursos humanos especializados, no desenvolvimento de produtos e na pesquisa e desenvolvimento (P&D), aspectos essenciais para a consolidação dessa indústria no país.

A CEITEC retomou a comercialização dos produtos de seu portfólio na área de RFID (Radio Frequency Identification) e iniciou a execução do projeto de nova rota tecnológica, que possibilitará sua entrada no segmento de eletrônica de potência.

O desempenho do 2º trimestre de 2025 confirmou a retomada operacional da empresa pela expansão da receita própria, impulsionada pela retomada das atividades comerciais. Em 30/06/2025, o acumulado no ano alcançou R\$ 2.907 milhões, refletindo a consolidação dessa tendência positiva.

A Direção da empresa segue no desafio da retomada operacional da empresa para torná-la sustentável.

BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido pela norma.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e. Aprovação e Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada na data de 14/08/2025, conforme a Ata de Diretoria Executiva nº 14/2025.

2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos e exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Caixa e equivalentes de caixa, que correspondem aos limites de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecidos pelo órgão central de programação financeira. Esses recursos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada(s), cancelada(s) ou vencida(s).

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e adiantamento do Tesouro Nacional.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de ativos e passivos e não identificou valores materiais a serem ajustados.

iii. Capital social

O capital social é formado exclusivamente por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de propriedade da União Federal.

c. Estoque

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos por ventura não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais.

d. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são registradas pelo seu custo original de acordo com os prazos de vigência dos respectivos contratos relacionados. As despesas correspondentes são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o princípio de competência.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

1 - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação ou despesa com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

2 – Concluímos a contratação dos serviços técnicos profissionais especializados de inventário patrimonial, abrangendo: a) conciliação patrimonial dos bens físico com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI; b) conciliação patrimonial dos bens físico com o Sistema Operacional SAP; c) expectativa de vida útil e remanescente; d) Teste de Recuperabilidade – “IMPAIRMENT”, com emissão de Laudo e Normas vigentes sobre o tema; e e) Migração das bases de inventário e notas explicativas, através do Processo de aquisição do serviço nº 01213.001379/2024-18, edital de concorrência nº 90.002/2024, sendo a assinatura do contrato realizada em 21/10/2024, com a empresa Qualiteck Avaliação e Consultoria Empresarial Ltda.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

f. Intangível

1 - Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios em Projetos P&D durante a fase de pesquisa são registrados como investimento (registrado no Ativo Intangível) quando incorridos.

Após a conclusão dos estudos, atendendo a todos os critérios estabelecidos na NBC TG 04, ou seja, viabilidade técnica para concluir o ativo intangível registrado, de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda, intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo, base técnica que demonstre de forma confiável a capacidade de gerar benefícios econômicos futuros, entre outros aspectos estudos que demonstrem a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados serão mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

2 – Adequações às Normas Internacionais (IFRS)

O CEITEC atendeu plenamente às práticas contábeis no que concerne a convergência e harmonização das normas contábeis brasileiras com o padrão contábil internacional (International Financial Reporting Standards – IFRS).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda econômica do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudança de estimativas contábeis.

3 – Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 10.

4 – Amortização

Amortização é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada ou o prazo contratual de uso da licença, no caso de softwares. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Teste de Impairment

O teste de impairment é um conjunto de procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos não estejam contabilmente registrados por montante que seja superior ao seu valor de recuperação. Este teste deve ser realizado periodicamente, e caso a verificação concretize a desvalorização do ativo, é necessário que a entidade reconheça e ajuste para perdas com desvalorização – conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).

Neste contexto, foi publicado o Edital de Concorrência nº 90.002/2024 que visava à contratação de serviços técnicos profissionais especializados do inventário (levantamento patrimonial físico e individualizado) abrangendo: a) conciliação patrimonial dos bens físico com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI; b) conciliação patrimonial dos bens físico com o Sistema Operacional SAP; c) expectativa de vida útil e remanescente; d) realização do Teste de Recuperabilidade (impairment), com emissão de laudo técnico em conformidade com as normas vigentes; e e) migração das bases de inventário e notas explicativas. O contrato foi formalizado em 21/10/2024 com a empresa Qualiteck Avaliação e Consultoria Empresarial Ltda, vencedora do certame, que concluiu a prestação dos serviços em julho/2025.

h. Arrendamento mercantil

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

i. Reconhecimento da receita de subvenções para custeio/investimento

A Companhia é uma empresa pública dependente nos termos da Lei Complementar 101/2000. Sua receita é constituída por recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional para as despesas de pessoal e custeio devidamente empenhadas e por receitas próprias. Os recursos recebidos pela Companhia destinados ao pagamento de aquisições de ativos e outros itens de investimento estão demonstrados no balanço patrimonial à conta de “recursos destinados ao aumento de capital”. Os valores destinados pelo Tesouro Nacional por meio de execução orçamentária são reconhecidos no resultado de acordo com a fase de liquidação das despesas empenhadas.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

Não existem saldos de imposto de renda e contribuição social apurados para o período, devido aos prejuízos fiscais apresentados, até então, em virtude do perfil e ramo de atuação, de semicondutores, os quais exigem longo tempo de maturação até começar a apresentar resultados positivos. Por este motivo, a companhia encontra-se ainda dependente de recursos do orçamento da União.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. Em 30 de junho de 2025 e de 2024, o resultado por ação diluído e básico foi de R\$ (70,86) e R\$ (458,31) respectivamente, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Aplicação Financeira – BB	946	909	877
Limite de saque - Conta única do Tesouro Nacional	11.337	10.643	11.259
	12.283	11.552	12.136

O limite de saque – conta única do Tesouro Nacional mantido no Banco Central do Brasil, é utilizado para registrar a movimentação dos recursos financeiros da Companhia junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, para pagamentos de despesas empenhadas e liquidadas, relativas às despesas correntes e de capital.

A aplicação financeira junto ao Banco do Brasil S.A. registra os montantes oriundos da fonte de recursos próprios do orçamento (receitas próprias) e de rendimentos das aplicações. O saldo a maior, registrado neste exercício financeiro, demonstra que não houve resgate da aplicação, somados aos rendimentos no período. Tanto na Lei Orçamentária de 2024, quanto na de 2025, não houve previsão de incorporação de recursos próprios diretamente arrecadados.

Apresentamos a seguir a composição da conta que registra os recursos liberados (Conta Única do Tesouro Nacional):

	30/06/2025
Saldo em 31/12/2024	303
Entradas de Recursos (Conta Única do Tesouro Nacional)	34.136
Pagamentos efetuados (Conta Única do Tesouro Nacional)	(33.555)
Saldo em 30/06/2025 – Recursos Liberados	<u>884</u>
	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023	329
Entradas de Recursos (Conta Única do Tesouro Nacional)	84.158
Pagamentos efetuados (Conta Única do Tesouro Nacional)	(84.184)
Saldo em 31/12/2024 – Recursos Liberados	<u>303</u>
	30/06/2024
Saldo em 31/12/2023	329
Entradas de Recursos (Conta Única do Tesouro Nacional)	21.178
Pagamentos efetuados (Conta Única do Tesouro Nacional)	(20.745)
Saldo em 30/06/2024 – Recursos Liberados	<u>762</u>

4 Contas a Receber – Clientes

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Clientes Nacionais	2.837	70	18
	<u>2.837</u>	<u>70</u>	<u>18</u>

Idade de vencimento dos títulos em aberto:

	30/06/2025
Créditos a vencer	1.865
Créditos vencidos de 0 a 60 dias	972
Créditos vencidos de 60 a 180 dias	-
Créditos vencidos há mais de 180 dias	-
	<u>2.837</u>

5 Estoque

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Produto Acabado	353	352	351
Material Meio Auxiliar de Produção	3.587	3.743	3.586
Material de Embalagem	143	147	148
Matéria-Prima	3.176	2.943	2.463
Semi-Acabado	651	644	693
Materiais de Consumo	825	892	980
Peças de Reposição	6.752	6.483	6.594
	<u>15.487</u>	<u>15.204</u>	<u>14.815</u>

Em 01/11/2024 foi constituída a Comissão de Inventário Geral de Estoque por meio da Portaria CEITEC nº 30, que designou: Presidente da Comissão, Coordenador e Supervisor, Equipe de Contagem e Equipe de Apoio. A Comissão tem seus trabalhos pautados ao disposto no Procedimento Operacional nº 3.230.015 – R02 – Inventário de Materiais, de 08/03/2021. A referida Comissão procedeu à contagem dos estoques no período de 25/11/2024 a 29/11/2024, assim, conforme cronograma a conclusão dos trabalhos ocorreu dentro do prazo (13/12/2024) e todos os documentos referentes a este trabalho estão no processo administrativo 01213.007802/2024-93.

Conforme cronograma interno, o Inventário Geral de Estoque referente ao exercício de 2025 será executado no mesmo período adotado no exercício anterior, garantindo a padronização dos procedimentos, a comparabilidade dos dados e o cumprimento dos prazos operacionais e legais.

6 Depósitos Judiciais

A empresa registra em conta do Ativo Não Circulante – Realizável à Longo Prazo, os depósitos recursais relativos aos processos judiciais como garantia financeira do valor a pagar, que após o trânsito em julgado poderá ser levantado pela parte da empresa e, caso a condenação seja favorável ao reclamante, terá sua finalidade consumada. Também são registrados os depósitos judiciais que tratam do pagamento oficial do valor devido ou condenatório, conforme relacionado no quadro abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024	Referência
Depósito Judicial – Diversos	2.085	2.124	2.551	(a)
Depósito Judicial Pagto. Condenação	20	20	20	(b)
Depósito Judicial Consig. Pagto. Tributos RFB	786	786	786	(c)
Depósito Judicial Recursal	1.379	1.098	715	(d)
	4.270	4.028	4.072	

- (a) Houve uma redução de 18,3% nos valores contabilizados em 30/06/2025 em relação a 30/06/2024, devido ao menor volume de registros de depósitos judiciais neste período, nesta rubrica. E também pelo maior controle dos registros de baixa por arquivamento dos processos (ao final do ano de 2024 foi finalizado um trabalho de levantamento e ajuste dos valores efetivamente válidos para registro de depósitos judiciais em conformidade com dados fornecidos pela CONJUR da empresa).
- (b) Sem variação no período.
- (c) Trata-se de depósito judicial da ação de consignação em pagamento nº 5031863-42.2021.4.04.7100/RS que versa sobre o recolhimento do INSS, referente ao mês de abril de 2021, no valor de R\$ 702 (setecentos e dois mil reais) e respectivos encargos, devido à indisponibilidade de acesso ao certificado digital da empresa, à época, pela troca de titularidade do representante legal na junta comercial.
- (d) O aumento 92,9% observado no primeiro semestre de 2025 em relação ao mesmo período em 2024 se refere a realização de depósitos judiciais para 39 processos, nesta rubrica. E também pelo maior controle dos registros de baixa / depósito dos processos (ao final do ano de 2024 foi finalizado um trabalho de levantamento e ajuste dos valores efetivamente válidos para registro de depósitos judiciais em conformidade com dados fornecidos pela CONJUR da empresa).

7 Tributos a recuperar / Créditos Financeiros

O rol de Tributos a Recuperar refere-se, principalmente, a créditos relacionados aos tributos incidentes quando da aquisição de insumos para fabricação, ativos imobilizados e intangíveis (ICMS, PIS, COFINS).

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024	Referência
IRRF	53	41	222	(a)
ICMS	132	128	3.411	(b)
PIS a compensar	781	863	819	(c)
COFINS a compensar	3.596	3.971	3.771	(d)
Retenções Venda Órgão Público	20	18	19	(e)
Saldo Negativo de IRPJ	-	-	47	(f)
Saldo Negativo de CSLL	-	-	6	(g)
INSS a compensar	116	116	116	(h)
	4.698	5.137	8.411	
Circulante	3.246	2.968	2.932	
Não circulante	1.452	2.169	5.479	

- (a) A redução de R\$ 169 (cento e sessenta e nove mil reais) observada ao comparar o valor existente em 30/06/2025 com o apresentado em 30/06/2024 refere-se a: (i) registro de R\$ 20 (vinte mil reais) referente ao Imposto de Renda s/ Aplicação Financeira; (ii) restituição de IRRF sobre Salários relativo ao mês de Maio/2024 (conforme deferimento da Per/Dcomp nº. 39791.00832.261223.1.2.04.0005), no valor de R\$ 194 (cento e noventa e quatro mil reais); e (iii) reconhecimento do pagamento a maior do IRRF sobre Salários relativo ao mês de Julho/2024 no valor de R\$ 5 (cinto mil reais).
- (b) A redução em R\$ 3.278 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil reais) verificada no saldo de ICMS a Recuperar no período de 30/06/2024 a 30/06/2025, se deve: (i) ao registro dos créditos de ICMS sobre a parcela da Energia Elétrica atribuída à Fábrica nos meses de dezembro/2024 a junho/2025 (R\$ 555 – quinhentos e cinquenta e cinco mil reais); (ii) baixa do saldo de crédito de ICMS s/ Ativo Permanente referente aos anos de 2010 a 2021, totalmente prescritos nesta data (R\$ 3.411 – três milhões, quatrocentos e onze mil reais); (iii) reconhecimento do crédito de ICMS sobre importações realizadas nos meses de agosto e dezembro de 2024 (R\$ 100 – cem mil reais); e (iv) compensação do débito de ICMS referente aos períodos de agosto a dezembro de 2024 e janeiro a junho de 2025 (R\$ 522 – quinhentos e vinte e dois mil reais).
- (c) A redução de R\$ 38 (trinta e oito mil reais) no valor de PIS a Recuperar ocorreu em função de: (i) registro mensal dos créditos de PIS calculados sobre a Energia Elétrica e Depreciação nos meses de julho a dezembro de 2024 e no primeiro semestre de 2025 (R\$ 90 – noventa mil reais); (ii) registro mensal da baixa do PIS a compensar sobre Receita Financeira e sobre Faturamento (R\$ 40 – quarenta mil reais); e (iii) ressarcimento dos valores de créditos de PIS relativos ao primeiro trimestre de 2020 em 20/03/2025 (R\$ 42 – quarenta e dois mil reais) e do segundo trimestre de 2020 em 16/06/2025 (R\$ 46 – quarenta e cinco mil reais).
- (d) A diminuição em R\$ 175 (cento e setenta e cinco mil reais) no valor de COFINS a Recuperar ocorreu em função de: (i) registro mensal dos créditos de COFINS calculados sobre a Energia Elétrica e Depreciação nos meses de abril a dezembro de 2024 e no primeiro semestre de 2025 (R\$ 414 – quatrocentos e quatorze mil reais); (ii) registro mensal da baixa do COFINS a compensar sobre Receita Financeira e sobre Faturamento (R\$ 186 – cento e oitenta e seis mil reais); e (iii) ressarcimento dos valores de créditos de

COFINS relativos ao primeiro trimestre de 2020 em 20/03/2025 (R\$ 195 – cento e noventa e cinco mil reais) e do segundo trimestre de 2020 em 16/06/2025 (R\$ 208 – duzentos e oito mil reais).

- (e) O incremento de R\$ 1 (um mil reais) observada na rubrica “Retenções Venda Órgão Público” é referente à venda que ocorreu em janeiro de 2025 para Hospital Nossa Senhora da Conceição.
- (f) A conta “Saldo Negativo de IRPJ” foi criada em 2023 para receber os valores excedentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica verificados ao final de cada exercício social (2018 a 2022). Os valores objeto de pedido de ressarcimento foram recebidos em sua integridade no ano de 2024. Detalhamento abaixo:

Ano	Composição do Saldo Negativo de IRPJ	Vlr*	Nº Pedido de Restituição	Status
2018	Retenção de IR s/ Notas Fiscais de Fornecedores de Serviços / Mercadorias	1	42036.57049.120722.1.2.02-4801	Deferido
2019	Retenção de IR s/ Notas Fiscais de Fornecedores de Serviços / Mercadorias	3	14280.26455.120722.1.2.02-5428	Deferido
2019	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos de Aplicação Financeira	16		
2020	Retenção de IR s/ Notas Fiscais de Fornecedores de Serviços / Mercadorias	7	00727.80128.120722.1.2.02-1600	Deferido
2020	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos de Aplicação Financeira	16		
2021	Retenção de IR s/ Notas Fiscais de Fornecedores de Serviços / Mercadorias	3	38923.71528.040923.1.2.02-4627	Deferido
2021	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos de Aplicação Financeira	7		
2022	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos de Aplicação Financeira	17	09296.78824.040923.1.6.02-2016	Deferido
	Valor total de IRPJ objeto de Pedido de Restituição	70		
	Valor total IRPJ restituído pela RFB - 01/2023	(23)		
	Valor total IRPJ restituído pela RFB - 2024	(47)		

*Valor apresentado em milhares de Reais.

- (g) A conta “Saldo Negativo de CSLL” foi criada em 2023 para receber os valores excedentes de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido verificados ao final de cada exercício social (2018 a 2021). Os valores objeto de pedido de ressarcimento foram recebidos em sua integridade no ano de 2024. Detalhamento abaixo:

Ano	Composição do Saldo Negativo de CSLL	Vlr*	Nº Pedido de Restituição	Status
2018	Retenção de CS s/ Notas Fiscais de Fornecedores de Serviços / Mercadorias	1	14851.70964.120722.1.2.03-2320	Deferido
2019	Retenção de CS s/ Notas Fiscais de Fornecedores de Serviços / Mercadorias	2	32603.34188.120722.1.2.03-0797	Deferido
2020	Retenção de CS s/ Notas Fiscais de Fornecedores de Serviços / Mercadorias	6	16903.82854.120722.1.2.03-6690	Deferido
2021	Retenção de CS s/ Notas Fiscais de Fornecedores de Serviços / Mercadorias	3	40087.15094.040923.1.2.03-1211	Deferido
	Valor total de CSLL objeto de Pedido de Restituição	12		

	Valor total CSLL restituído pela RFB - 01/2023	(6)		
	Valor total CSLL restituído pela RFB - 12/2024	(6)		

*Valor apresentado em milhares de Reais.

- (h) Esta rubrica se refere a 25 solicitações de restituição de contribuição previdenciária indevida ou paga a maior no período de 2015 a 2017, ainda em fase de análise, protocoladas junto à Receita Federal em março de 2020. Vide abaixo:

Ano	Número do PER/DCOMP	Transmissão	Valor (R\$)
2015	12917.36702.190320.1.2.16-0940	19/03/2020	2.034,01
	15525.96978.190320.1.2.16-3039	19/03/2020	2.500,00
	14639.92879.190320.1.2.16-4524	19/03/2020	2.267,01
	12368.04621.190320.1.2.16-2894	19/03/2020	2.983,92
	01460.07765.190320.1.2.16-4080	19/03/2020	2.267,01
	09647.94470.190320.1.2.16-5100	19/03/2020	5.779,90
	24311.79221.190320.1.2.16-0045	19/03/2020	4.417,75
	16448.39093.190320.1.2.16-1339	19/03/2020	4.417,75
2016	36335.82857.190320.1.2.16-0336	19/03/2020	4.417,75
	25089.89921.190320.1.2.16-0028	19/03/2020	4.862,75
	24485.25924.190320.1.2.16-0676	19/03/2020	4.184,75
	32998.64409.190320.1.2.16-1327	19/03/2020	4.184,75
	01485.27619.190320.1.2.16-7107	19/03/2020	4.093,75
	05971.46356.190320.1.2.16-0177	19/03/2020	4.093,75
	33583.14618.190320.1.2.16-0635	19/03/2020	4.093,75
	25625.06209.190320.1.2.16-4497	19/03/2020	4.093,75
	23322.65841.190320.1.2.16-5246	19/03/2020	4.810,67
	28943.26200.190320.1.2.16-8330	19/03/2020	6.467,67
	39672.63363.190320.1.2.16-9058	19/03/2020	5.277,92
	27351.71282.190320.1.2.16-4129	19/03/2020	5.277,92
2017	42222.60271.190320.1.2.16-6165	19/03/2020	9.122,01
	19871.23349.190320.1.2.16-0381	19/03/2020	5.603,40
	11208.21967.190320.1.2.16-6307	19/03/2020	3.343,96
	23578.72931.190320.1.2.16-1077	19/03/2020	9.270,14
Total	36737.58527.190320.1.2.16-2902	19/03/2020	6.501,98
			116.368,02

Com a habilitação da empresa junto à Receita Federal no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) desde 2011 (Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 1, de 12/01/2011) ao longo dos anos, houve a constituição de créditos tributários que periodicamente são objeto de solicitação de restituições/compensações junto à Receita Federal.

O Departamento de Contabilidade segue com as seguintes providências em relação à restituição dos tributos:

- i) Abaixo quadro resumo dos valores de tributos ressarcidos durante o ano de 2025:

Tributos	Valor (R\$)
COFINS	403.051,72
PIS	87.504,65
Total Geral	490.556,37

- ii) Abaixo quadro resumo dos valores de tributos ressarcidos durante o ano de 2024:

Tributos	Valor (R\$)
IRPJ	46.586,47

IRRF s/ Salários	193.666,41
CSLL	6.267,32
Total Geral	246.520,20

Em relação aos Créditos Financeiros tem-se:

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Créditos Financeiros – PADIS	2.318	2.304	2.304
	2.318	2.304	2.304

Em 30/06/2025 a composição do saldo de créditos financeiros está detalhada a seguir:

Período do Crédito	Valor Original (R\$)	Valor utilizado (R\$)	Saldo a usufruir (R\$)
1º Trimestre de 2021	514.368,25	0,00	514.368,25
2º Trimestre de 2021	255.125,30	0,00	255.125,30
3º Trimestre de 2021	783.800,31	0,00	783.800,31
4º Trimestre de 2021	751.017,76	0,00	751.017,76
1º Trimestre de 2025	13.836,65	0,00	13.836,65
Totais	2.318.148,27	0,00	2.318.148,27

Os valores relativos ao ano de 2021 referem-se aos créditos financeiros decorrentes da alteração da legislação pertinente ao PADIS (Lei 13.969 de 26 de dezembro de 2019), que produziu efeitos a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à sua publicação, calculado em relação aos trimestres do ano de 2021, conforme quadro resumo abaixo:

Período 2021	PD&I Trimestre		Total		Índice	Valor "PD&I"	BASE DE CÁLCULO		Valor Limite	Valor do Crédito a Considerar
	Anterior	FNDCT	Total	Limite			Limite			
1º Trimestre	351.966,34		351.966,34	2,62	922.151,81	3.926.475,20	13,10%	514.368,25	514.368,25	
2º Trimestre	330.674,05		330.674,05	2,62	866.366,01	1.947.521,34	13,10%	255.125,30	255.125,30	
3º Trimestre	396.173,34		396.173,34	2,62	1.037.974,15	5.983.208,47	13,10%	783.800,31	783.800,31	
4º Trimestre	324.885,26	175.901,65	324.885,26	2,62	851.199,38	5.732.960,01	13,10%	751.017,76	751.017,76	
					3.677.691,35	17.590.165,02		2.304.311,62	2.304.311,62	

Estes valores foram auditados por empresa de auditoria independente contratada especificamente para este fim, nos termos da Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007 e regulamentada pelo decreto nº 10.615, de 29 de janeiro de 2021.

No dia 23 de agosto de 2022 foi protocolado junto ao Diretor do Departamento de Ciências, Tecnologia e Inovação Digital da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI do MCTI, por meio do Ofício nº 61/2022 – CEITEC em Liquidação, solicitando a geração dos créditos financeiros, nos termos da Lei 13.969/2019.

Em 20/09/2023 foi recebido o Ofício nº 6570/2023/MCTI acompanhado do Parecer Técnico nº 952/2023/SEI-MCTI, de 19 de junho de 2023, com o resultado da análise do relatório demonstrativo apresentado por essa empresa com o objetivo de demonstrar o cumprimento, no ano-base de 2021, das obrigações decorrentes da fruição dos benefícios previstos no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS, de que trata a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007.

O referido parecer técnico concluiu pela aprovação do relatório demonstrativo PADIS, ano-base 2021, dessa empresa.

Encontra-se em análise, na Coordenação de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – COPDI, da Coordenação-Geral de Inovação Digital – CGID, do Departamento de Incentivos às Tecnologias Digitais – DEINC, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital – SETAD, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, por meio do processo nº 01245.002092/2023-57, o pleito para obtenção da declaração de investimento, nos termos do Decreto 10.615/2021.

8 Despesas Antecipadas

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Seguros a Apropriar	170	-	170
Assinaturas e Anuidades	7	-	-
Locação Programas/Software	398	282	821
	575	282	991

9 Imobilizado

Composição do saldo

	Imóvel	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Ferramentas	Adto a fornecedores	Total do Imobilizado
Em 30/06/2024	27.064	422	702	13.797	76	187	12	42.260
Aquisições	-	-	-	-	39	-	-	39
Registro Complexo Fabril	248.118	-	-	-	-	-	-	248.118
Baixa	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Depreciações	(1.336)	(67)	(38)	(1.803)	(18)	(12)	-	(3.274)
Em 31/12/2024	273.846	355	664	11.994	97	175	-	287.131
Depreciações	(3.924)	(69)	(38)	(1.801)	(17)	(10)	-	(5.859)
Em 30/06/2025	269.922	286	626	10.193	80	165	-	281.272
Taxas anuais de depreciação - %	4%	4%	de 5,5 a 48%	de 5,5 a 48%	de 5,5 a 48%	10%	33%	

a. Custo atribuído (deemed cost)

A Companhia apurou e registrou no exercício de 2014 o Custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado tendo contratado empresa especializada UNISIS Administração Patrimonial Ltda. para preparação de laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo objeto desta avaliação a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

Os custos atribuídos naquela data foram reconhecidos em conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no Patrimônio Líquido e estão sendo amortizados mensalmente em contrapartida as depreciações do exercício, conforme demonstrado (Nota explicativa nº 16).

b. Terreno e imóveis utilizados pela Companhia

Com relação ao terreno que é de propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a empresa possui Termo de Cessão de Uso de Bens Dominiais para Uso Especial a Título Gratuito por 60 (sessenta) anos, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) anos, a contar de 3 de agosto de 2004, data da assinatura do termo. Após a reversão do processo de dissolução societária da companhia iniciou-se contatos e encaminhamentos junto a Prefeitura de Porto Alegre, para proposta de permuta entre o terreno sede da companhia com outro terreno da União a ser definido, contudo, devido às enchentes que afetaram o Rio Grande do Sul o processo teve uma pausa temporária, sendo retomada a pauta em dezembro/2024, e avançaram significativamente ao longo do primeiro semestre de 2025.

c. Máquinas e equipamentos

Parte das máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia foi cedido a título gratuito (doação) pela empresa Motorola do Brasil S.A. para o Estado do Rio Grande do Sul, com o encargo de condicionar o uso pelos laboratórios da Associação Civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC. Posteriormente o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Ciência e Tecnologia, efetivou a doação dos referidos equipamentos à União, representada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ficando a referida Associação com a guarda provisória dos bens até o momento em que ocorreu a sub-rogação legal do acervo à Companhia.

d. Registro Complexo Fabril

No exercício de 2024, foi lançado o montante de R\$ 248.118 (duzentos e quarenta e oito milhões e cento e dezoito mil reais) no Ativo Imobilizado - Imóvel, em contrapartida ao AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Os valores se referem ao investimento efetuado pela União, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, na fase inicial da construção do Prédio da CEITEC, no período de 2004 a 2011.

Encaminhamentos estão sendo efetuados no âmbito da Coordenação de Participação Societária (COPAR), vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para que os respectivos valores sejam reconhecidos, no contexto da **transferência de parte dos prédios da CEITEC**, como aumento de capital.

10 Intangível

Os ativos intangíveis reconhecidos até então, referem-se aos direitos de uso de softwares relacionados à área industrial e ao licenciamento de estudos técnicos e projetos de radiofrequência realizados pela Companhia.

	Direitos de uso softwares	Marcas e patentes	Total do Intangível
Em 30/06/2024	4.948	413	5.361
Amortização	(243)	-	(243)
Em 31/12/2024	4.705	413	5.118
Aquisições	97	-	97
Amortização	(244)	-	(244)
Em 30/06/2025	4.558	413	4.971

11 Fornecedores

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Fornecedor Nacional	230	100	640
Fornecedor Estrangeiro	-	39	-
	230	139	640

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 27.

12 Obrigações e provisões tributárias

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
ISS a Recolher	1	-	13
ICMS a Recolher	-	-	18
ICMS Diferença de Alíquota a Recolher	588	-	-
IPI a Recolher	4	2	-
IRRF a Recolher	779	1.005	621
INSS a Recolher	77	71	76
Tributos Importação/Retenções	17	-	62
	1.466	1.078	790

No mês de janeiro de 2025 foi reconhecido no balancete da empresa o valor de R\$ 413 (quatrocentos e treze mil reais) de ICMS DIFAL (ICMS diferencial de alíquota incidente sobre as compras de uso e consumo e aquisição de imobilizado de outras unidades da federação) do período de junho de 2021 a fevereiro de 2024. Sobre este valor existe a incidência de juros e multa, demonstrados a seguir:

ANO	ICMS DIFAL (R\$)	Juros de Mora (R\$)	Multa (R\$)	Valor Corrigido até 30/06/2025 (R\$)
2021	21.656,81	9.019,68	4.331,36	35.007,86
2022	60.147,78	19.425,95	12.029,56	91.603,29
2023	273.271,99	54.809,57	54.654,40	382.735,96
2024	58.166,90	8.598,61	11.633,38	78.398,89
TOTAL	413.243,48	91.853,82	82.648,70	587.746,00

Foi publicado, em 21 de março de 2023, a Instrução Normativa RFB nº 2137, que altera a IN RFB nº 2.005 de 29 de janeiro de 2021. Entre as alterações, está a inclusão do art. 19-B, com dois parágrafos, para estabelecer que, em relação ao IRRF decorrente das relações de trabalho, apurado por meio do eSocial, a substituição da DCTF pela DCTFWeb ocorrerá a partir do mês de maio de 2023. O impacto desta alteração pode ser observado na contabilização e pagamento do Imposto de Renda Retido na Fonte sobre salários, mais especificamente sobre as férias.

O CEITEC (e boa parte das empresas e órgãos públicos) têm a política de realizar seus registros da Folha de Pagamento pela competência. Entretanto, ao se fazer uso (obrigatório) do eSocial para

envio das informações relativas ao IRRF s/ Folha de Pagamento, o mesmo é calculado com base no regime de caixa, o que gera um descasamento dos valores registrados no sistema contábil da empresa (que continua a receber as informações com base no regime de competência) e os valores informados no eSocial, que é onde é gerado o documento de arrecadação (DARF) para recolhimento do referido tributo.

Antes o pagamento do DARF era realizado no mesmo dia de apropriação da Folha de Pagamento, ou seja, no último dia útil do mês de competência. A partir do mês de maio/2023 passou-se a efetuar o recolhimento conforme a data de vencimento estipulada pela legislação pertinente (até o dia 20 do mês subsequente ao fato gerador do débito).

13 Obrigações e provisões trabalhistas

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Rescisões a Pagar	2	2	2
Provisão para Férias	2.397	2.284	1.696
Provisão INSS s/ Férias	641	615	458
Provisão FGTS s/ Férias	192	182	135
Provisão para 13º Salário	932	-	700
Provisão INSS s/ 13º Salário	251	-	188
Provisão FGTS s/ 13º Salário	74	-	56
INSS a recolher	1.368	1.324	1.245
FGTS a recolher	210	-	168
Desconto Taxa Ocupação Imóvel Funcional	1	1	1
	6.068	4.408	4.649

Abaixo quadro resumo quantitativo dos colaboradores do CEITEC:

Data	(A) Número de Funcionários	(B) Contrato Trabalho Suspensos	(C) Nº Funcionários Reintegrados	(A)-(B)+(C) Nº Total de Funcionários Ativos
30/06/2024	73	(2)	17	88
31/12/2024	81	(2)	21	100
30/06/2025	84	(1)	21	104

14 Contingências

A Administração da Companhia, com base na opinião da Área Jurídica, constituiu provisão contábil de R\$ 11.586 (onze milhões e quinhentos e oitenta e seis mil reais) os quais estão avaliados com chance de perda *provável*. Por sua vez, o montante de R\$ 24.614 (vinte e quatro milhões, seiscentos e quatorze mil reais) refere-se aos valores classificados com probabilidade de sucumbência *possível*. A seguir demonstramos o montante por natureza:

Natureza	Classificação	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Trabalhista/Cíveis	Provável	11.856	13.179	42.142

Trabalhista/Cíveis	Possível	26.614	30.066	21.833
Trabalhista/Cíveis	Remota	124	163	100

A movimentação das provisões de contingências do período, demonstramos a seguir:

Natureza Trabalhista/Cíveis	Classificação Provável	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Saldo Inicial		13.179	33.355	33.355
(+) Adições		3.900	9.450	8.787
(-) Baixa por uso da Provisão		(3.830)	(28.565)	-
(-) Baixa por Reversão		(1.393)	(1.061)	-
Saldo Contingência		11.856	13.179	42.142

Inicialmente, deve ser destacado que se utilizou, para a apuração de riscos ora apresentada, como já vinha sendo feito em exercícios anteriores, a metodologia NBC TG 25 que determina a divisão dos riscos de acordo com a sua probabilidade de redundar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 25, esta CONJUR reconheceu como valores a PROVISIONAR aqueles em relação aos quais será provável a necessidade de *“saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação”*. No que concerne a tais valores, foi feita uma estimativa de resultados, que ainda conforme a própria norma acima citada corresponde ao *“valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço”*.

Importante destacar que, para a apuração detalhada requerida pela equipe de Auditoria Externa, esta CONJUR utilizou-se das informações processuais disponíveis no momento. Algumas ações judiciais encontram-se em fase recursal, porém, segundo a avaliação desta equipe jurídica (alicerçada no exame da jurisprudência e de casos similares), o risco de dispêndio financeiro é elevado, razão pela qual são reconhecidas como provisões.

Os valores considerados, portanto, decorrem de avaliação feita sobre a condenação provisória (determinada em sentença ou acórdão), ou, ainda, do montante homologado em sede de liquidação ou cobrado em execução de sentença. Tais valores são devidamente atualizados monetariamente, conforme os critérios de correção oficiais utilizados pelas esferas judiciais atinentes (cível ou trabalhista).

A Companhia considerou como valores que compõem o PASSIVO CONTINGENTE aqueles decorrentes de “obrigações” em relação às quais não se tem certeza se haverá risco de dispêndio financeiro futuro (conforme Pronunciamento Técnico CPC 25, item 13, (b), (i)). Tratam-se de ações judiciais em fase processual inicial, em relação às quais não se pode fazer nenhuma “estimativa confiável” (termo adotado conforme descrito no item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 25), o valor da condenação em caso de eventual sucumbência¹. Para apurar os valores do eventual débito judicial, adotou-se como critério a utilização do valor da causa apresentado na Petição Inicial, por ser esta a “evidência disponível” para o alcance do valor aproximado. Houve aumento no ajuizamento de ações, especialmente na esfera trabalhista, contendo inúmeros pleitos, que, no entanto, face às modificações de risco ocorridas no período, não tiveram o condão de ocasionar aumento da estimativa anteriormente apresentada.

Em relação aos riscos considerados REMOTOS, foram computadas as ações cujas chances de saída de recursos financeiros sejam improváveis ou inexistentes. São ações em fase final, cuja dívida já

¹ Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25**. “16. [...] (b) quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. [...]”

esteja integralmente paga e homologado o pagamento pelo Juízo, com reconhecimento do fim da execução sem registro de dívidas de saldo remanescente, culminando em risco de reversão ínfimo ou, ainda, que estejam apenas aguardando o despacho de arquivamento definitivo.

Comparativamente com o resultado do 1º trimestre do ano de 2025, observou-se redução geral nos valores estimados como risco de dispêndio considerado possível. O montante apurado como risco possível decorre, precipuamente, de ações trabalhistas ajuizadas por ex-colaboradores demitidos em razão do processo de liquidação ao qual esteve submetida, pelo período entre 2021 e 2023, após qualificação da Companhia no PPI (Programa de Parcerias de Investimento) por meio do Decreto 10.065/2019 e inclusão no PND (Programa Nacional de Desestatização) por meio do Decreto 10.297/2020. No trimestre sob análise, as novas ações trabalhistas registradas foram em número e montantes inferiores aos dos trimestres anteriores.

Para os passivos reconhecidos como prováveis, registra-se aumento pela modificação da classificação dos riscos, mediante transcurso das fases processuais, pois houve alguns processos que estão em fase de liquidação e/ou execução de sentença.

Registra-se que também compõem o passivo considerado provável, ações judiciais coletivas, cujo risco financeiro ainda não possui base confiável para aferição, igualmente decorrentes, de forma direta e indireta, do processo de liquidação ao qual esteve submetida à Companhia. Ademais, tramitam ainda, sem que se possa ter uma estimativa confiável de resultado, ações de empregados e terceirizados pugnando pelo adimplemento de verbas trabalhistas diversas.

Por derradeiro, necessário destacar que o montante final do passivo judicial estimado para as três “categorias” de risco (PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E REMOTOS) sofreu alteração, haja vista a alteração dos critérios de detalhamento, bem como pela atualização de valores, inclusão de novas ações e incidência dos índices de correção monetária (referente aos riscos considerados prováveis).

15 Capital Social

O Capital Social em 30/06/2025 corresponde ao valor de R\$ 126.300 (cento e vinte e seis milhões e trezentos mil reais) divididos em 42.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mantendo a situação desde 31/12/2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2019, ocorreu a elevação do capital social pela integralização do montante de R\$ 8.829 (oito milhões, oitocentos e vinte e nove mil reais) e redução do capital social com os valores de prejuízos acumulados até 31/12/2017 no valor de R\$ 34.420 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e vinte mil reais), a seguir demonstrados:

Exercício	AFAC Integralizado Principal	AFAC Integralizado Atualização SELIC	Redução com Prejuízos Acumulados até 31/12/2016	Redução com Prejuízos Acumulados até 31/12/2017	Capital Integralizado
Lei de Criação	-	-	-	-	42.000
2017	114.227	80.101	-	-	236.328
2018	23.787	9.521	(117.745)	-	151.891
2019	5.998	2.831	-	(34.420)	126.300

2020	-	-	-	-	126.300
2021	-	-	-	-	126.300
2022	-	-	-	-	126.300
2023	-	-	-	-	126.300
2024	-	-	-	-	126.300
2025	-	-	-	-	126.300

16 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Realização através da depreciação nos exercícios:

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Saldo Inicial Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	6.314	8.403	8.403
Saldo Final Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	5.269	6.314	7.359
Valor Realizado pela Depreciação	1.045	2.089	1.044

17 Recursos destinados ao aumento de capital

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 (item i), corresponde aos recursos recebidos da União para investimentos e futuro aumento do Capital Social na Companhia. No primeiro semestre de 2024 foram registrados R\$ 1.168 (um milhão, cento e sessenta e oito mil reais) para capitalização, enquanto no primeiro semestre de 2025 o valor foi de R\$ 97 (noventa e sete mil reais).

Os recursos recebidos de Subvenção para investimento, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC, a partir de 01/01/2017, passaram a ser contabilizado em conta de Patrimônio Líquido, não incorrendo mais atualização Selic conforme Decreto 2.673/98, artigo 2º, parágrafo único (incluído pelo Decreto nº 8.945 de 2016). Os saldos em 30/06/2025 e 30/06/2024 correspondem ao valor de R\$ 257.786 (duzentos e cinquenta e sete milhões e setecentos e oitenta e seis mil reais) e R\$ 9.532 (nove milhões e quinhentos e trinta e dois mil reais), respectivamente, assim demonstrados:

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Saldo Inicial	257.689	8.364	8.364
Incremento – Subvenção Investimento	97	1.207	1.168
Valor pago pelo MCTI - Complexo Fabril CEITEC	-	248.118	-
Saldo AFAC – Adiantamento para futuro Aumento de Capital (Saldo Final) – Conta Patrimônio Líquido	257.786	257.689	9.532

Reconhecemos no exercício de 2024 o montante de R\$ 248.118 (duzentos e quarenta e oito milhões e cento e dezoito mil reais), no Ativo Imobilizado - Imóvel, em contrapartida com o AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Os valores se referem ao investimento efetuado pela União, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, na fase inicial da construção do Prédio da CEITEC, período de 2004 a 2011 (vide nota explicativa nº 09).

18 Receita Líquida

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Receita Bruta			
Venda Produtos Mercado Interno	2.969	113	37
(-) IPI Faturado	(62)	(4)	(2)
Serviços Prestados Mercado Interno	-	24	23
	2.907	133	58
Deduções			

Impostos	(590)	(25)	(13)
Receita Líquida de vendas	2.317	108	45

19 Custos dos Produtos e Serviços Vendidos

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Custos Produtos Vendidos	(502)	(22)	(11)
Custos Serviços Prestados	-	(15)	(14)
	(502)	(37)	(25)

20 Despesas com pessoal

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Salários	(12.194)	(20.247)	(9.151)
Encargos sociais	(4.201)	(6.950)	(3.160)
Benefícios	(993)	(1.709)	(729)
	(17.388)	(28.906)	(13.040)

O aumento no valor das despesas com pessoal no primeiro semestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 se deve ao aumento do quadro de pessoal, através da reintegração judicial de colaboradores e admissão de cargos técnicos de livre provimento no período.

A homologação do dissídio da categoria, com data base em maio de 2024 e com pagamento dos retroativos e reajuste salarial dos colaboradores na folha de agosto foi outro fator que contribuiu para a variação dos valores.

21 Despesas gerais e administrativas

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Materiais de Consumo	(2.643)	(5.087)	(2.902)
Serviços de Terceiros	(3.512)	(7.261)	(3.300)
Serviços Profissionais Técnicos	(659)	(1.199)	(635)
Assistência Técnica e Suporte	-	-	-
Despesas Judiciais	(89)	(4.301)	(297)
Depreciação e Amortização	(6.064)	(7.741)	(4.260)
Manutenções	(702)	(1.160)	(536)
Energia Elétrica	(2.274)	(7.302)	(4.582)
Locação de Software	(486)	(1.200)	(621)
Água e Esgoto	(389)	(797)	(443)
Diárias e Passagens	(63)	(105)	(39)
Seguros	(170)	(340)	(170)
Impostos e Taxas	(482)	(294)	(228)
Outros	(38)	(50)	(20)
	(17.571)	(36.837)	(18.033)

As rubricas a seguir detalham as variações acima de 20% ocorridas no período:

Rubrica	2T25	2T24	Δ %	Descrição
---------	------	------	-----	-----------

Despesas Judiciais	(89)	(297)	(70)	A redução ocorrida 1º semestre/2025 em relação ao mesmo período em 2024 é decorrente de reclassificação contábil tanto das baixas de depósitos judiciais pelo arquivamento definitivo dos processos e quanto dos pagamentos de sentenças judiciais que passaram a ser baixados da conta de contingências no passivo, uma vez que exista provisão dos valores dos referidos processos.
Depreciação e Amortização	(6.064)	(4.260)	42	O aumento observado nessa rubrica se referente ao investimento efetuado pela União, por intermédio do Ministério da Ciência e Tecnologia, na fase inicial da construção do Prédio da Ceitec, através do registro contábil do Complexo Fabril no montante de R\$ 248.118 (duzentos e quarenta e oito milhões, cento e dezoito mil reais) no Ativo Imobilizado - Imóvel, conforme especificado na N.E. 09, item “d”.
Manutenções	(702)	(536)	31	Observa-se que a variação ocorrida nessa rubrica se deve ao aumento na produção de semicondutores com a retomada das atividades do CEITEC, podendo ser atribuído principalmente a necessidade de manutenção e reparos (Fabril), bem como pela necessidade de contratação de novos serviços especializados para a manutenção de equipamentos e softwares.
Energia Elétrica	(2.274)	(4.582)	(50)	A redução observada no 1º semestre de 2025 em relação ao mesmo período no ano de 2024 se dá devido ao reflexo da baixa de aproximadamente R\$ 2.000 (dois milhões de reais) em créditos de ICMS em função de orientação recebida de Fiscal da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul que ao “deixar” de ser crédito, o valor voltou a compor o total da despesa com Energia Elétrica.
Locação de Software	(486)	(621)	(22)	A redução observada no 1º semestre/2025 em relação ao mesmo período no ano anterior se dá devido ao término e a não renovação de contratos com algumas empresas, tais como: PBI IINFORMÁTICA Ltda, THOMSOM REUTERS BRASIL - Conteúdo e Tecnologia Ltda, MAPDATA Tecnologia Informática e Comércio Ltda e TDEC Redes de Computadores Ltda; INFINIT Soluções Inteligentes em TI - Ltda.
Diárias e Passagens	(63)	(39)	61	Observa-se um aumento de valor nessa rubrica no ano de 2025 em relação ao mesmo período no ano anterior, ocorrido pela retomada das atividades do Ceitec no mercado de semicondutores e a necessidade da participação do Presidente, Diretores, Assessores e Funcionários em atividades como: (a) Participação em Audiências Públicas na Câmara de Deputados para apresentar o planejamento do MCTI; (b) Comparecimento em Eventos sobre o Diálogo Digital Brasil/Alemanha; (c) a Missão CSIA ao Brasil; (d) na Secretaria de Coordenação e Governança de Empresas Estatais e na MGI; (e) bem como a presença dos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal e de Administração do Ceitec.
Impostos e Taxas	(482)	(228)	111	A variação ocorrida na conta “Impostos e Taxas” pode ser explicada por: (i) pagamento de taxas diversas, de documento de arrecadação e a taxa SISCOMEX com as importações no período, (ii) pelo reconhecimento do ICMS Diferencial de Alíquota referente ao período de junho de 2021 a fevereiro de 2024, conforme especificado na Nota Explicativa nº 12 - Obrigações e provisões tributárias.
Outros	(38)	(20)	86	O acréscimo de valor nessa conta Outros no 1º semestre/2025 se dá pela contratação ocorrida em Dezembro/2024, dos serviços de locação de veículos, através da empresa Porto Veículos Ltda.

22 Honorários dos Administradores

O montante de remuneração pago pela companhia a seus conselheiros e aos administradores, está demonstrado a seguir:

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Honorários da diretoria	(732)	(1.410)	(642)
Honorários dos conselheiros	(148)	(297)	(158)
Encargos sociais	(218)	(405)	(195)
	(1.098)	(2.112)	(995)

O incremento dos valores incorridos nas rubricas de honorários da diretoria no primeiro semestre de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 se deve à nomeação da Diretoria de Negócios em março de 2024. A redução dos valores na rubrica honorários dos conselheiros deve-se à renúncia de um conselheiro no período.

23 Outras (despesas) receitas Operacionais

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Subvenções p/custeio	33.882	81.657	21.556
Outras Receitas Operacionais	14	-	-
	33.896	81.657	21.556

O aumento significativo observado na rubrica “Subvenções para Custeio” se deve aos impactos da retomada da empresa. No mês de dezembro/2024, ocorreu o recebimento de recursos para pagamento de sentença judicial, conforme a Portaria GM/MPO nº 427/2024 (NE nº. 14).

A rubrica de Outras Receitas Operacionais recebeu o valor dos créditos financeiros – PADIS relativos ao 1º trimestre de 2025 (NE nº 07).

24 Resultado financeiro

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
IOF	-	(1)	(1)
Multas e juros de mora	(88)	(1)	(1)
Varição cambial passiva	(17)	(28)	(1)
Outras despesas financeiras	(92)	(5)	(4)
Total da Despesa	(197)	(35)	(7)
Rendimentos de Aplicação Financeira	62	77	38
Varição cambial ativa	15	21	1
Juros Ativos	-	43	-
(-) PIS / COFINS s/ Receitas Financeiras	(3)	(7)	(2)
Total da Receita	74	134	37
Resultado Financeiro	(123)	99	30

As rubricas de “Multas e Juros de Mora” e “Outras despesas financeiras” apresentam um incremento expressivo no 1º semestre de 2025, principalmente em função de que no mês de janeiro de 2025 foi reconhecido no balancete da empresa o valor ICMS DIFAL do período de junho de 2021 a fevereiro de 2024 (vide nota explicativa nº 12). A composição destas rubricas é demonstrada a seguir:

Tributo	ANO	Valor Principal (R\$)	Juros de Mora (R\$)	Multa (R\$)	Valor Corrigido até 30/06/2025 (R\$)
ICMS DIFAL	2021	21.656,81	9.019,68	4.331,36	35.007,86
ICMS DIFAL	2022	60.147,78	19.425,95	12.029,56	91.603,28
ICMS DIFAL	2023	273.271,99	54.809,57	54.654,40	382.735,96
ICMS DIFAL	2024	58.166,90	8.598,61	11.633,38	78.398,89
ICMS Importação	2025	48.140,81	481,41	4.662,92	53.285,14
	TOTAL	461.384,29	92.335,23	87.311,62	641.031,14

A rubrica de Juros Ativos se refere à atualização pela taxa SELIC dos valores ressarcidos de IRPJ / CSLL do ano de 2018 a 2022 e de IRRF s/ Salários referente a abril de 2023.

25 Resultado contábil

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Lucro / (Prejuízo) Bruto	1.815	71	20
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(38.564)	(76.244)	(40.855)
(-) Outras Despesas	-	(3.411)	-
(+) Outras Receitas	33.896	81.657	21.556
Lucro / (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro	(2.853)	2.073	(19.279)
(-) Despesas Financeiras	(197)	(35)	(7)
(+) Receitas Financeiras	74	134	37
Lucro / (Prejuízo) Contábil do período	(2.976)	2.172	(19.249)

No ano de 2024 foi apurado lucro contábil no valor de R\$ 2,17 milhões. Esse lucro foi resultante principalmente do recebimento de suplementação orçamentária da União para despesas judiciais, que provocou um aumento na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”. Esta rubrica recebe os lançamentos dos recursos recebidos pela União para pagamento das obrigações correntes (Subvenções para custeio) que totalizou R\$ 81,66 milhões.

A provisão dos valores do principal e atualizações das despesas judiciais ocorreram em períodos anteriores, pela competência, impactando o resultado daqueles exercícios. No entanto, o registro correspondente ao pagamento dessas despesas foi efetivado em 2024, quando ocorreu o desembolso, fato gerador para o registro das receitas.

26 Imposto de renda e contribuição social

Embora tenha apresentado resultado positivo contábil, o CEITEC apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real na modalidade anual. Após os cálculos foi obtido resultado fiscal negativo, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2025		31/12/2024		30/06/2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro / (Prejuízo) Contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(2.976)	(2.976)	2.172	2.172	(19.249)	(19.249)
(+) <u>Adições</u>	4.055	4.055	13.883	13.883	11.802	11.802
(-) <u>Exclusões</u>	(5.284)	(5.284)	(29.647)	(29.647)	-	-
Base de Cálculo do IR e da CS	(4.205)	(4.205)	(13.592)	(13.592)	(7.447)	(7.447)
Valor do Imposto de Renda a Pagar	-	-	-	-	-	-
Valor da Contribuição Social a Pagar	-	-	-	-	-	-
Lucro / (Prejuízo) Fiscal após apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(4.205)	(4.205)	(13.592)	(13.592)	(7.447)	(7.447)

27 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito está relacionado principalmente aos valores recebíveis do Tesouro Nacional.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Caixa e equivalentes de caixa	12.283	11.552	12.136

Os montantes acima são decorrentes de contrapartes no mercado interno e não há saldos em atraso.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e busca aumentar o seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui limite de saldo em tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Além disso, a Companhia recebe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação montantes para o pagamento das contas a pagar, com a natureza de doação. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

30 de junho de 2025	Valor Contabil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	884	884	884	-	-	-
Fornecedores	<u>230</u>	<u>230</u>	<u>230</u>	-	-	-
Total	1.114	1.114	1.114	-	-	-

31 de dezembro de 2024	Valor Contabil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	303	303	303	-	-	-
Fornecedores	<u>139</u>	<u>139</u>	<u>139</u>	-	-	-
Total	442	442	442	-	-	-

30 de junho de 2024	Valor Contabil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	762	762	762	-	-	-
Fornecedores	<u>640</u>	<u>640</u>	<u>640</u>	-	-	-
Total	1.402	1.402	1.402	-	-	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aumentar o retorno.

Risco da taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia principalmente para a aquisição de produtos e serviços.

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para se proteger de risco de taxa de câmbio.

Com relação a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia procura manter sua exposição líquida a um nível aceitável.

Exposição à moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar norte-americano) corresponde aos valores empenhados de fornecedores do mercado externo.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar norte-americano) em 30 de junho de 2025 corresponde ao valor de R\$ 206 (duzentos e seis mil reais) equivalentes a U\$ 38 (trinta e nove mil dólares). Em uma simulação de estresse cambial, ou seja, adotando-se uma variação da cotação da moeda americana de três desvios padrão em relação à média histórica dos últimos 12 meses o impacto cambial em 30/06/2025 é de R\$ 1 (um mil reais).

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	30/06/2025		31/12/2024		30/06/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	12.283	12.283	11.552	11.552	11.136	12.136

Adiantamento do Tesouro Nacional	884	884	303	303	762	762
Fornecedores	230	230	139	139	640	640

A Companhia considera que, devido aos prazos e à natureza dos saldos relativos aos instrumentos financeiros acima demonstrados, o valor contábil reflete substancialmente o valor justo em cada data-base.

28 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela União Federal e os valores em aberto com sua controladora decorrem dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal.

As operações com partes relacionadas estão sintetizadas no quadro abaixo:

Com a União Federal	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Ativo circulante e não circulante			
Caixa e equivalente a caixa	12.283	11.552	12.136
Passivo circulante e não circulante			
Adiantamento do Tesouro Nacional	884	303	762
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2024
Receita - Subvenções para custeio	33.882	81.657	21.556
Honorários dos administradores	(1.098)	(2.112)	(995)

29 Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Contrato com Mapfre Seguros Gerais S.A. com vigência de 20/12/2024 a 19/12/2025, conforme a apólice de seguros:

Cobertura - Importâncias Seguradas

Danos materiais	185.234
Responsabilidade Civil	5.800

30 Conciliação das Demonstrações Contábeis com Base na Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64 – SIAFI (não auditado)

O CEITEC é uma empresa pública, de capital fechado, sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei 11.638/07 para fins contábeis e societários. Estatal dependente, vinculada ao Governo federal, que por determinação legal, utiliza o Sistema de administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registros que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função da conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e Registro de Restos a Pagar referente ao orçamento do exercício findo.

A seguir, demonstramos um comparativo dos valores de 30/06/2025, que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores se referem a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizados pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, que tem por base o SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilização maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

<i>(Valores expressos em milhares de reais)</i>	Saldo Societário Jun 25	Saldo SIAFI Jun 25	Diferença
ATIVO			
ATIVO CIRCULANTE	37.911	32.726	5.185
ATIVO NÃO CIRCULANTE	291.965	310.611	(18.646)
Realização longo Prazo	5.722	4.270	1.452
Imobilizado	281.272	305.832	(24.560)
Intangível	4.971	509	4.462
TOTAL ATIVO	329.876	343.337	(13.461)
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE	8.648	5.323	3.325
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	11.856	11.856	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	309.372	326.158	(16.786)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO	329.876	343.337	(13.461)
Ativo Circulante – Descrição	Valor	Valor	Diferença
Banco Conta Movimento	946	946	-
Caixa ou Equivalentes de Caixa	11.337	13.633	(2.296)
Clientes	2.837	-	2.837
Estoques	15.487	15.487	-
Adiantamento a empregado e fornecedores	1.165	297	868
Créditos Tributários	3.246	1.734	1.512
Créditos Financeiros – PADIS	2.318	-	2.318
Despesas antecipadas	575	629	(54)
	37.911	32.726	5.185
Ativo Não Circulante – Descrição	Valor	Valor	Diferença
Depósitos Judiciais	4.270	4.270	-
Créditos Tributários	1.452	-	1.452
Imobilizado	281.272	305.832	(24.560)
Intangível	4.971	509	4.462
	291.965	310.611	(18.646)
Passivo Circulante – Descrição	Valor	Valor	Diferença

Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.068	4.774	1.294
Fornecedores e contas a pagar	230	-	230
Obrigações e provisões tributárias	1.466	543	923
Adiantamento de Tesouro Nacional	884	-	884
Outras Obrigações	-	6	(6)
	8.648	5.323	3.325

Passivo Não Circulante – Descrição	Valor	Valor	Diferença
Contingência trabalhista	11.856	11.856	-
	11.856	11.856	-

Patrimônio Líquido – Descrição	Valor	Valor	Diferença
Capital social	126.300	126.300	-
AFAC - Recursos destinados ao Aumento de Capital	257.786	257.786	-
Ajuste de avaliação patrimonial	5.269	20.006	(14.737)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	1.393	(1.393)
Prejuízos acumulados	(79.983)	(79.327)	(656)
	309.372	326.158	(16.786)

Ativo Circulante – Descrição	Valor	Nota
Caixa ou Equivalentes de Caixa	(2.296)	(a)
Clientes	2.837	(a)
Adiantamento a empregado e fornecedores	868	(a)
Créditos Tributários	1.512	(c/g)
Créditos Financeiros – PADIS	2.318	(g)
Despesas antecipadas	(54)	(f)
	5.185	

Ativo Não Circulante – Descrição	Valor	Nota
Créditos Tributários	1.452	(a/c)
Imobilizado	(24.560)	(a/d)
Intangível	4.462	(a/d)
	(18.646)	

Passivo Circulante – Descrição	Valor	Nota
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.294	(a)
Fornecedores e contas a pagar	230	(a)
Obrigações e provisões tributárias	923	(a)
Adiantamento de Tesouro Nacional	884	(e)
Outras Obrigações	(6)	(e)
	3.325	

Patrimônio Líquido – Descrição	Valor	Nota
Ajuste de avaliação patrimonial	(14.737)	(a)
Ajustes de Exercícios Anteriores	(1.363)	(h)
Prejuízos acumulados	(656)	(i)
	(16.786)	

- a) Diferença de saldo apurado por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI;
- b) No SIAFI, por ser regime de caixa, não há registro na conta de Clientes;
- c) Diferença decorrente da transferência entre o circulante e o não circulante para atender à Lei das Sociedades Anônimas;
- d) Contabilizado Ajuste de Avaliação patrimonial conforme Notas Explicativas nº 08 e 09 conforme laudo de avaliação;
- e) Valor contabilizado em adiantamento do tesouro nacional em atendimento à contabilidade societária;
- f) Valor decorrente de diferença de critério de contabilização das despesas antecipadas na contabilidade societária em relação à contabilidade pública (SIAFI);
- g) Valor decorrente de diferença de critério de contabilização na inclusão de créditos tributários / financeiros na contabilidade societária em relação à contabilidade pública (SIAFI);
- h) Diferença decorrente de ajuste realizado nas contas de depreciação acumulada no SIAFI, que estavam com saldo a maior indevido relativo a anos anteriores;
- i) Valor apurado no resultado entre o sistema da contabilidade societária e contabilidade pública.

31 Continuidade Operacional e Reversão do Processo de Liquidação

Através do Decreto nº 10.578, de 15 de dezembro de 2020, foi autorizada a dissolução societária do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. e a publicização das atividades direcionadas à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação no setor de microeletrônica do CEITEC. Em 11 de fevereiro de 2021 foi realizada AGE que nomeou o liquidante e fixou prazo para conclusão da liquidação em 12 (doze) meses, prorrogáveis mediante solicitação justificada do liquidante. A Liquidação foi prorrogada, em 01.02.2022, por mais 06 (seis) meses, e em 02.08.2022, por igual período. Em 08 de fevereiro de 2023, foi novamente prorrogada a liquidação, por mais 06 (seis) meses, com a nomeação de novo liquidante.

Em 08 de fevereiro de 2023 foi publicado o Decreto nº 11.409, de 07 de fevereiro de 2023, instituindo Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de apresentar estudos e propostas de viabilidade de reversão de desestatização e liquidação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC e proposta de participação no fomento da política de pesquisa e desenvolvimento de semicondutores.

Por meio da Resolução nº 267, de 29 de março de 2023, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) foi recomendada, pelo Presidente do CPPI e pela Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, em caráter ad referendum, para aprovação do Presidente da República, a exclusão do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC do Programa Nacional de Desestatização e a revogação da sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

No dia 06 de abril de 2023 foi publicado, em edição extra no Diário Oficial da União, o Decreto nº 11.478/2023 excluindo empresas do Programa Nacional de Desestatização (PND) e revogando a qualificação de empresas e ativos no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Através do Decreto nº 11.478/2023 foi revogado o Decreto nº 10.297, de 30 de março de 2020, que dispunha sobre a inclusão do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. – CEITEC no Programa Nacional de Desestatização.

O GTI (instituído através do Decreto nº 11.409 de fevereiro de 2023) foi instalado no dia 13/04/2023, em reunião realizada em Brasília, com a participação de vários órgãos do Governo Federal. Em julho de 2023, o GTI concluiu seu trabalho e entregou seu relatório conclusivo com recomendações. O CEITEC em liquidação e outras entidades da sociedade civil e empresarial colaboraram com informações para elaboração do relatório conclusivo do GTI.

Em 06 de novembro de 2023 foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União o Decreto nº

11.768 que revogou o Decreto nº 10.578, de 15 de dezembro de 2020 e autorizou a reversão do processo de dissolução societária da Companhia.

No dia 10 de novembro de 2023 ocorreu a Assembleia Geral Extraordinária do Ceitec que deliberou sobre: I - aprovação da reversão do processo de liquidação do Ceitec e de sua dissolução, com vistas a restabelecer o funcionamento regular da empresa; II - destituição do liquidante e eleição dos membros do conselho de administração; III - destituição dos membros do conselho fiscal, que funcionou durante a liquidação, e eleição dos novos membros, para o período de atuação de dois anos; e IV - fixação da remuneração dos administradores, dos membros do conselho fiscal e do comitê de auditoria.

Nesta mesma data, reuniu-se o Conselho de Administração que deliberou pela eleição do presidente da empresa e do diretor administrativo e financeiro, nomeando o Sr. AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA e o Sr. JOSÉ MESSIAS DE SOUZA, respectivamente.

No ano seguinte, aos 21 dias do mês de fevereiro, em reunião do Conselho de Administração desta Companhia, foi eleita como Diretora de Negócios, Pesquisa e Desenvolvimento a Sra. EDELWEIS HELENA GARCEZ RITT.

Situação Orçamentária da Companhia em 2024

No âmbito da Proposta Orçamentária para 2024 (PLOA/2024), informamos que foi solicitado, em 21 de junho de 2023, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o montante de R\$ 87,5 milhões de reais para as despesas discricionárias. A LOA 2024, sancionada pelo Presidente da República, por meio da Lei Nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, autoriza a dotação orçamentária de R\$ 42.061.877, ao CEITEC, sendo que para Despesas Discricionárias o valor é de R\$ 18.542.473 e para as Despesas Obrigatórias o valor é de R\$ 23.519.404:

Resumo da Execução por Área									
DESPESA	LOA ATUALIZADA (A)	LIMITE (B)	EMPENHADO (C)	LIQUIDADO (D)	PAGO (E)	PERCENTUAL C / A	DOT - EMP (A - C)	RAP - NP (C-D)	RAP - PROC (D-E)
Discricionária	22.091.419	22.091.419	1.305.362	98.260	98.260	5,9%	20.786.057	1.207.102	0
Administração	3.510.670	3.510.670	238.603	17.000	17.000	6,8%	3.272.067	221.602	0
Produção	18.580.749	18.580.749	1.066.759	81.259	81.259	5,7%	17.513.990	985.499	0
Obrigatória	23.519.404	23.519.404	22.481.705	2.020.930	238.188	95,6%	1.037.699	20.460.775	1.782.742
PES (Folha)	19.465.254	19.465.254	19.465.254	1.967.431	185.010	100,0%	0	17.497.823	1.782.421
Sentenças PES	2.500.000	2.500.000	1.500.000	53.178	53.178	60,0%	1.000.000	1.446.822	0
Benefícios	1.554.150	1.554.150	1.516.451	321	0	97,6%	37.699	1.516.130	321
TOTAL	45.610.823	45.610.823	23.787.067	2.119.190	336.448	52,2%	21.823.756	21.667.876	1.782.742

Alterações Orçamentárias:

- (i) Houve cancelamento de recursos orçamentários constante da LOA/2024, no montante de R\$ 3,5 milhões, nos termos da Portaria GM_MPO nº 63/2024;
- (ii) A Portaria GM/MPO nº 206/2024 suplementou o orçamento (ação discricionária) da empresa em R\$ 6.627.425,00;
- (iii) A Portaria GM/MPO nº 427/2024 suplementou o orçamento (Sentenças Judiciais) da empresa em R\$ 28.982.548;
- (iv) A Portaria GM/MPO nº 423/2024 suplementou o orçamento (Pagamento do Pessoal Ativo) da empresa em R\$ 4.050.495;

(v) Encontrava-se em tramitação no Congresso Nacional PLN nº 22/2024, que suplementaria o orçamento da empresa (ação discricionária) em R\$ 58.372.575,00. Esse PLN foi retirado do Congresso Nacional por intermédio da Mensagem Presidencial nº 1.595/2024;

(vi) A Portaria GM/MPO nº 485/2024 cancelou do orçamento (Pagamento do Pessoal Ativo) da empresa em R\$ 3.068.164;

(vii) A Portaria GM/MPO nº 509/2024 suplementou o orçamento (Pagamento do Pessoal Ativo) da empresa em R\$ 4.041.755.

Resumo da Execução por Área							
DESPESA	LOA ATUALIZADA (A)	COMPROMETIDO			LIQUIDADO (E)	PAGO (F)	PERCENTUAL C / A
		PRÉ-EMPENHO (B)	EMPENHADO (C)	TOTAL (D)			
Discricionária	25.169.338	0	25.169.337	25.169.337	21.381.497	21.321.908	100,0%
Administração	8.026.965	0	8.026.965	8.026.965	6.802.178	6.749.813	100,0%
Produção	17.142.373	0	17.142.372	17.142.372	14.579.319	14.572.095	100,0%
Obrigatória	68.082.598	0	68.082.598	68.082.598	63.059.492	60.265.655	100,0%
PES (Folha)	32.658.890	0	32.658.890	32.658.890	28.406.577	25.613.103	100,0%
Sentenças PES	31.550.261	0	31.550.261	31.550.261	31.166.624	31.166.624	100,0%
Benefícios	2.281.791	0	2.281.791	2.281.791	1.894.636	1.894.272	100,0%
Sentenças Custeic	1.591.656	0	1.591.656	1.591.656	1.591.656	1.591.656	100,0%
TOTAL	93.251.936	0	93.251.935	93.251.935	84.440.989	81.587.563	100,0%

Situação Orçamentária da Companhia em 2025

Na elaboração da Proposta Orçamentária para 2025, não havia previsão de arrecadação (receitas próprias).

Até a edição do Decreto nº 12.416/2025, o Setorial de Orçamento e Finanças/MCTI liberou para movimentação e empenho 1/12 avos da dotação consignada no PLOA/2025, excluídos os recursos classificados como Investimentos, e as despesas obrigatórias. Com a edição do Decreto mencionado, ficou estabelecido limite de movimentação e empenho da ordem de 5/18 avos das despesas correntes constantes do PLOA.

A tabela abaixo demonstra a dotação disponível e a execução orçamentária e financeira no primeiro semestre de 2025:

Departamento-Geral de Orçamento e Finanças										
Resumo da Execução Orçamentária e Financeira - Posição em 26.06.2025										
DESPESA	LOA ATUALIZADA (A)	COMPROMETIDO			LIQUIDADO (E)	PAGO (F)	PERCENTUAL C / A	DOT - COMP (A - D)	RAP - NP (C-D)	RAP - PROC (D-E)
		PRÉ-EMPENHO (B)	EMPENHADO (C)	TOTAL (D)						
Discricionária	23.969.453	60.780	12.599.725	12.660.505	8.866.574	8.802.466	52,6%	11.308.948	3.733.151	64.108
Administração	7.849.743	29.592	4.661.246	4.690.838	3.102.165	3.046.440	59,4%	3.158.905	1.559.081	55.725
Produção	16.119.710	31.187	7.938.479	7.969.667	5.764.409	5.756.026	49,2%	8.150.043	2.174.070	8.383
Obrigatória	42.256.023	0	41.000.956	41.000.956	22.400.795	19.625.459	97,0%	1.255.067	18.600.161	2.775.336
PES (Folha)	33.288.259	0	33.288.259	33.288.259	17.108.376	14.333.403	100,0%	0	16.179.883	2.774.972
Sentenças PES	5.769.087	0	4.514.020	4.514.020	4.143.528	4.143.528	78,2%	1.255.067	370.492	0
Benefícios	3.198.677	0	3.198.677	3.198.677	1.148.892	1.148.528	100,0%	0	2.049.785	364
TOTAL	66.225.476	60.780	53.600.681	53.661.461	31.267.369	28.427.925	80,9%	12.564.015	22.333.312	2.839.444

32 Descomissionamento

O descomissionamento comporta o desfazimento completo dos bens imobilizados envolvendo, para as áreas fabris, a desmobilização do processo produtivo, o qual engloba a eliminação e/ou destinação dos resíduos a serem gerados por meio de métodos específicos, sendo considerados **resíduos de classe I (perigosos)**, pois possuem características como inflamabilidade, toxicidade e corrosividade, dentre outras. Portanto, sendo necessária a caracterização dos mesmos para posteriormente se verificar locais possíveis para tratamento e destinação final.

Assim como para o comissionamento da empresa CEITEC, para o descomissionamento e/ou extinção e/ou liquidação da empresa uma série de etapas devem ser seguidas, de forma a garantir a correta tratativa das atividades com produtos químicos controlados e dos resíduos perigosos a serem gerados, a fim de garantir que não se tenham consequências negativas à saúde e meio ambiente.

Em 1º dia do mês de junho de 2023, em reunião com a alta administração, foi aprovado o processo de contratação de empresa especializada para estudo técnico abrangendo análises, avaliações e previsões de valores contingenciais contábeis necessários, para atendimento NBC TG 25 (R2).

O CEITEC no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Lei das Estatais, devidamente fiscalizado e controlado pelos órgãos responsáveis por essa política e legislação, adota práticas de sustentabilidade ambiental, de gerenciamento de resíduos Industriais e de responsabilidade sociais corporativas compatíveis com o mercado em que atua, primando para o melhor custo benefício e uso do dinheiro público aplicado.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 25 (R2) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, é premissa fundamental para a formação do passivo, a ser provisionado para fins de descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado, periodicamente, ao longo da vida útil econômica da Companhia, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional de todo o empreendimento e a mitigação dos riscos e passivos ambientais que possam ocorrer.

No dia 22 de janeiro de 2024, em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado pelo adiamento da análise do pleito.

33 Remuneração dos empregados e Administradores

Atendendo à Resolução CGPAR nº 03 de 31 de dezembro de 2010 informamos a média salarial e a remuneração, vantagens e benefícios dos empregados e administradores. Vide quadro abaixo:

Em 30/06/2025	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	34	5
Presidência/Diretoria	37	35
Conselhos Administrativo/Fiscal	4	4
Salário médio dos empregados	12	-
Salário médio da Presidência/Diretoria	35	-
Salário médio dos conselheiros	4	-

Em 31/12/2024	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	34	5
Presidência/Diretoria	35	33
Conselhos Administrativo/Fiscal	4	4
Salário médio dos empregados	12	-
Salário médio da Presidência/Diretoria	34	-
Salário médio dos conselheiros	4	-

Em 30/06/2024	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	34	5
Presidência/Diretoria	35	33
Conselhos Administrativo/Fiscal	4	4
Salário médio dos empregados	12	-
Salário médio da Presidência/Diretoria	34	-
Salário médio dos conselheiros	4	-

MARINA LEDESMA TRINDADE
Contadora CRC/RS 071.335/O-1
CPF/MF N° 729.441.100-04

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA
PRESIDENTE
CPF/MF N° 261.871.407-53